



Curta Políticas Públicas[©]

Justificativa:

As temáticas propostas pela Campanha da Fraternidade (CF) têm como objetivo conscientizar a sociedade em relação a problemas sociais que afetam a população brasileira, buscando caminhos de transformação. Em 2019, com o tema “Fraternidade e políticas públicas”, será posta em questão a elaboração e a aplicação de políticas públicas que favoreçam a todos, principalmente os mais necessitados e vulneráveis.

O mundo da educação, em particular o da educação escolar, que, dentre suas finalidades, visa o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania, conforme disposição do Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, não é indiferente a esta realidade e não pode permanecer alheio às questões sociais, uma vez que, conforme preceitua a referida Lei, deverá vincular-se à prática social (Art. 1º, § 2º).

A reflexão/ação sobre as questões relacionadas à elaboração das políticas públicas e à sua execução pelo Estado brasileiro, em âmbitos Nacional, Estadual e Municipal, envolvendo crianças, adolescentes, jovens e adultos, de todas as redes de ensino, poderá despertar, nesses sujeitos, a vontade de ajudar a construir uma cultura de fraternidade, apontando os princípios de justiça, denunciando ameaças e violação da dignidade e dos direitos, abrindo caminhos de solidariedade.

A realização deste processo, tendo presente o estreitamento da relação ideológica entre a Assembleia Legislativa e a Escola, envolvendo diferentes instâncias do Poder Público e da Sociedade Civil, com a apresentação de propostas e/ou demandas ao Legislativo, pelos próprios estudantes, tendo em vista a elaboração de políticas públicas sobre o tema proposto, poderá incentivar a participação de todo cidadão na vida social, fortalecendo a cidadania e a valorização do bem comum.

A Edição Temática de 2019 do Projeto Curta na Educação, *Curta Políticas Públicas*, pretende promover o desenvolvimento do pensamento crítico dos educandos com a participação cidadã, por meio de um amplo processo que compreende, entre outras iniciativas: 1) a formação de multiplicadores, com a disponibilização de subsídios e de referências para o tratamento das questões relacionadas à elaboração e aplicação das políticas públicas pelo Estado brasileiro, considerando a formulação e a aplicação das políticas públicas, a importância da consciência e da participação dos cidadãos na sua construção, bem como a necessidade de propor políticas que assegurem os direitos sociais a todos, em particular aos mais frágeis e vulnerabilizados; 2) o desenvolvimento do Projeto nas Instituições de Ensino, conforme proposta metodológica específica, com particular atenção à educomunicação; 3) a promoção de Concurso Cultural de Curtas; 4) a realização de Audiências Públicas.



Objetivo Geral:

Refletir sobre a elaboração e a aplicação das políticas públicas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal, a partir do mundo da educação, contribuindo para a participação dos cidadãos na construção de políticas que assegurem os direitos sociais a todos, em particular aos mais frágeis e vulneráveis, fortalecendo a cidadania e o bem comum.

Objetivos Específicos:

- Dinamizar espaços nos ambientes escolares para refletir sobre as políticas públicas, conhecendo o seu processo de formulação e de aplicação nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal;
- Promover a identificação, a reivindicação e o acompanhamento de políticas públicas que assegurem os direitos sociais aos mais frágeis e vulneráveis;
- Realizar atividades que sensibilizem a comunidade escolar para a importância da participação de todo cidadão na construção de políticas públicas nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal;
- Sensibilizar as Instituições de Ensino sobre a importância de despertar a consciência da comunidade escolar e incentivar a sua participação na formulação e concretização das políticas públicas relacionadas à educação;
- Mobilizar a sociedade para a participação de todo cidadão na construção de políticas públicas que assegurem os direitos sociais aos mais frágeis e vulneráveis, para fortalecer a cidadania e o bem comum;
- Fomentar o protagonismo e a participação cidadã dos estudantes por intermédio do estudo e da análise de questões relacionadas ao tema das políticas públicas com a apresentação de propostas para incentivar a participação na sua formulação e promover o acompanhamento da sua aplicação;
- Mobilizar os estudantes para que no decorrer do processo de reflexão/ação, junto à comunidade escolar, elaborem proposições para reivindicar dos poderes públicos a elaboração e a aplicação de políticas públicas que favoreçam a todos, principalmente os mais necessitados e vulneráveis, de forma a fortalecer sua consciência política e seu papel como cidadão;
- Destacar a importância de acompanhar as ações da gestão pública, com a transparência na aplicação dos recursos disponíveis, na formulação e na aplicação de políticas públicas que favoreçam a todos e que assegurem os direitos sociais aos mais frágeis e vulneráveis;
- Identificar a imbricação existente entre as realidades da educação e das demais políticas públicas, relacionando educação, cidadania e bem comum na perspectiva de uma cultura da fraternidade;
- Promover o uso de recursos tecnológicos modernos e técnicas da comunicação na aprendizagem através de mídias, com a participação ativa dos estudantes como construtores de conhecimento de forma problematizadora, interativa e dialógica, com ênfase na educomunicação e na alfabetização mediática e informacional;



- Produzir Curtas que sejam expressão do processo de reflexão/ação desenvolvido em sala de aula, junto à comunidade escolar, a partir de disciplinas específicas ou trabalhos interdisciplinares, que envolvam a Educação como um todo;
- Promover a exposição dos Curtas nos diferentes espaços escolares e/ou participar do Concurso Cultural de Curtas, conforme Regulamento;
- Desenvolver o potencial crítico, criativo e comunicativo dos jovens através das redes sociais;
- Estreitar o relacionamento ideológico entre a Escola e o Parlamento Gaúcho, envolvendo diferentes instâncias do Poder Público e da Sociedade Civil, particularmente aquelas relacionadas com a Educação;
- Realizar Audiências Públicas de âmbito Municipal e/ou Regional e Estadual, esta última no mês de novembro de 2019, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;
- Apresentar, durante a Audiência Pública Estadual, os Curtas e/ou Documentários selecionados, conforme Regulamento;
- Participar das Audiências Públicas, propondo ao Legislativo ações que promovam políticas públicas a partir das demandas identificadas no decorrer do processo;
- Propor a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar, dar continuidade e avaliar os resultados dos encaminhamentos das Audiências Públicas.

Metodologia:

- Participação ativa dos estudantes, na perspectiva da Educação em Direitos Humanos, como construtores dos seus conhecimentos, de forma problematizadora, interativa e dialógica, na discussão de questões relacionadas à vida da comunidade;
- Reflexão com os alunos sobre: O que é política? O que são políticas públicas? Tipos de políticas públicas; Formulação e aplicação de políticas públicas; O papel do Estado na formulação e na aplicação das políticas públicas; Políticas de governo e políticas de Estado; As políticas públicas e o sistema econômico; Atores envolvidos na elaboração e na aplicação das políticas públicas; Participação da sociedade na elaboração e implementação de políticas públicas – Conselhos de Direitos Setoriais -; O papel dos atores sociais nas políticas públicas; O que é bem comum? Ciclos das políticas públicas; Protagonismo dos jovens na elaboração de políticas públicas; Movimentos sociais e elaboração de políticas públicas;
- Criação de espaços para que os estudantes analisem e elaborem diagnósticos acerca da realidade social, especialmente quanto à elaboração e à implementação de políticas públicas - CEDICA - voltadas à infância, adolescência e juventude e, a partir disso, proponham ações para lidar com as questões relacionadas;
- Promoção de atividades para pais, professores e pessoas interessadas, que envolvam a comunidade escolar e desencadeiem um processo de reflexão sobre temáticas relativas à elaboração e à aplicação de políticas públicas nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal e à participação dos cidadãos na construção de políticas que assegurem os direitos sociais a todos, em particular aos mais frágeis e vulneráveis, fortalecendo a cidadania e o bem comum - Conferências de Direitos -;



- Divulgação de iniciativas voltadas à participação cidadã na construção de políticas públicas e promoção da adesão e da participação das Instituições de Ensino;
- Produção de Curtas e/ou Documentários, conforme Regulamento, sobre as reflexões e ações, a partir dos trabalhos desenvolvidos em disciplinas específicas, em trabalhos interdisciplinares ou que envolvam a Educação como um todo e participar do Concurso Cultural de Curtas;
- Utilização das redes sociais para compartilhar experiências e criar espaços de interação entre os participantes;
- Criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar, dar continuidade e avaliar os resultados dos encaminhamentos da Audiência Pública;
- Realização de atividades que permitam conhecer e experienciar a dinâmica da Audiência Pública.

Cronograma:

Abertura, no dia 23 de novembro de 2018, com a realização do Encontro Estadual de Formação de Multiplicadores; realização sob demanda de encontros Regionais de Formação de Multiplicadores; **lançamento** oficial do projeto em atividade na Assembleia Legislativa em março de 2019; **desenvolvimento do Projeto nas Instituições de Ensino** no período de março a outubro de 2019; realização de Audiências Públicas Municipais e/ou Regionais que culminarão com a realização da **Audiência Pública Estadual**, em novembro de 2019, na Assembleia Legislativa e acompanhamento dos encaminhamentos dados. **Outras Datas:**

- *Concurso Cultural de Curtas*, com período de inscrição de 06 de agosto a 06 de setembro de 2019;
- *Audiências Públicas Municipais/Regionais*, com localidades e datas a serem definidas em 2019.

Recursos Humanos e Materiais:

É imprescindível a participação direta de alunos e educadores, com o envolvimento de toda a comunidade escolar. É necessária, a participação das instâncias do Poder Público e da Sociedade Civil relacionadas à Educação e, também, ao tema proposto.

Os mais variados materiais podem ser utilizados: músicas, arte, redes sociais, livros, palestras, internet, equipamento de áudio e vídeo, filmes, imagens, etc., respeitado o direito autoral.

Avaliação:

Dar-se-á ao longo do desenvolvimento da Edição Temática, considerando aspectos como: participação dos educadores nos encontros de abertura; participação dos alunos na produção de Curtas; interação nos espaços de comunicação no site do Projeto e nas redes sociais; participação das Escolas e dos alunos nas Audiências Públicas, sejam elas Municipais/Regionais e/ou Estadual.



CURTA
Políticas Públicas



Realização:

Associação Nacional de Educação Católica - ANEC; Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - CCDH; **Grupo de Trabalho Interinstitucional Curta na Educação - GTI;** Instituições de Ensino que aderirem à Edição Temática.

Parceiros:

Conheça os Parceiros que compartilham os objetivos do Projeto no Site:

<http://www.curtanaeducacao.org.br/>

Realização



**Assembleia
Legislativa**
Estado do Rio Grande do Sul



**Comissão de
Cidadania e
Direitos
Humanos**

 **ANEC**
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

GTI
Grupo de Trabalho
Interinstitucional